



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

CRISE ECONÔMICA, CRISE SANITÁRIA: A COVID-19 COMO INSTRUMENTO DA ACUMULAÇÃO? ¹

SARA GRANEMANN ²
FLAVIO MIRANDA ³

RESUMO: Na contramão de senso comum, mistificações e apologias burguesas, afirmamos: a COVID-19 como expressão e resultado do modo capitalista de produzir. A Covid-19 e a pandemia pelo planeta são antes resultados do que determinações da crise econômico-política que estalou *pari passu* e revelou o apodrecimento das relações sociais típicas do capitalismo e de seu Estado. O entrecruzamento destas tragédias rebateu diversamente sobre nações, estados e classes sociais: aos grandes capitais permitiu-lhes acumular lucros extraordinários; à classe trabalhadora - como em toda a crise - experimentar mais morte, desemprego e fome em proporções inauditas mesmo sob o capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: crise econômica, Covid-19, novas

¹Bolsista Capes PrInt 2021/2022.

²Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

³Professor com formação outra áreas. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

mercadorias, estado.

RESUMEN: En el caso del sentido común, las mistificaciones y la apología burguesa, afirmamos: el Covid-19 como expresión y resultado de la forma capitalista de producir. El Covid-19 y la pandemia en todo el planeta son más bien resultados que determinaciones de la crisis económico-política que rompió *pari passu* y reveló la podredumbre de las relaciones sociales típicas del capitalismo y de su Estado. La intersección de estas tragedias contrarrestó varias veces contra naciones, estados y clases sociales: el gran capital les permitió acumular ganancias extraordinarias; a la clase obrera, como en cualquier crisis, para experimentar más muerte, desempleo y hambre, en proporciones sin precedentes, incluso bajo el capitalismo.

PALABRAS CLAVES: crisis económica, Covid 19, nuevas mercancías, estado.

1 – INTRODUÇÃO: A PANDEMIA É A CRISE?

É evidente que uma pandemia como a que neste exato momento se abate sobre a humanidade não poderia deixar de ter efeitos catastróficos nas condições da reprodução econômica organizadas pelo capital. Mesmo uma economia mundial no momento mais pujante que se possa imaginar não passaria incólume à paralisação imposta ao ciclo do capital industrial⁴, em suas distintas formas funcionais (capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria)⁵, em especial levando-se em conta a complexa cadeia que conforma arranjos produtivos em escala global.

Monta-se, a partir daí, um discurso razoavelmente coerente segundo o qual a crise econômica em curso, com todos efeitos deletérios associados que recaem com peso desproporcional sobre as parcelas mais pobres da classe trabalhadora, teria sido causada pela pandemia. No entanto, se nos recordarmos das estatísticas sobre o crescimento econômico dos últimos anos, dos índices que indicavam as perspectivas futuras para a produção nas principais economias do mundo (incluindo a chinesa), das possibilidades para o comércio global apontadas pela OMC etc., dados que faziam com que desde 2018 os próprios economistas burgueses discutissem a iminência de um novo colapso – ou mesmo se nos recordarmos das evidências de que o mercado financeiro mundial não seria mais capaz de funcionar sem injeções sistemáticas de liquidez por parte do Banco Central Estadunidense (o *Federal Reserve Bank*), desde setembro de 2019 –⁶, notaremos a estreiteza do discurso dominante no que diz respeito à explanação dos determinantes concretos que explicam a situação atual.

É a perspectiva histórica que nos permite notar a conexão entre fatos aparentemente desconexos. É apenas na pesquisa histórica que se pode vislumbrar a razão de ser das condições presentes⁷. A descoberta de fatores que guardam com os fenômenos cotidianos uma relação de causalidade pressupõe um mergulho para além das aparências. Há muito a

⁴No sentido dado por Marx ao termo, isto é, como capital que produz mercadorias em geral.

⁵A esse respeito, veja-se a discussão apresentada por Karl Marx na Seção I, do Livro II, de *O Capital*.

⁶Sobre isso, ver: Toussaint, E. *O coronavírus não é o responsável pela queda das cotações bolsistas*. Disponível em: <https://www.observatoriodacrise.org/post/n%C3%A3o-o-coronavirus-n%C3%A3o-%C3%A9-o-respons%C3%A1vel-pela-queda-das-cota%C3%A7%C3%B5es-bolsistas>

Ciência Econômica perdeu o interesse pela explicação do existente, concentrando-se unicamente nos debates sobre a sua administração. Se olharmos para o objeto deste capítulo, a razão de ser deste verdadeiro “culto das aparências” evidencia-se. Coloquemos os seus porta vozes (os economistas) de lado, deixemos que a burguesia fale por si, sem intermediários. Segundo Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), seus associados são “tão vítimas da crise como os demais setores e a população brasileira”⁸.

2 – DESENVOLVIMENTO: O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUAS SUCESSIVAS CRISES.

Notemos que à pesquisa científica marxista não deve importar achar culpados, mas compreender as tendências gerais que conformam o movimento real “da formação econômica da sociedade”, de modo que esta perspectiva “pode menos do que qualquer outra responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que subjetivamente ele possa se colocar acima delas”⁹.

O que tal pesquisa é capaz de revelar, como argumentaremos a seguir, é que, ao contrário do que supõe as correntes reformistas da esquerda, não existe um tipo de capital danoso (chamado corriqueiramente “financeiro”), que tem um comportamento meramente parasitário e responde por disrupções no sistema econômico, em oposição a outro tipo de capital, que oferece empregos, que “produz” (sic), que (supostamente) não é parasitário e, portanto, deve ser apoiado. As distintas espécies de capital guardam entre si uma relação indissolúvel e contraditória. No capitalismo contemporâneo, em particular, a expansão industrial tornou-se cada vez mais dependente da expansão das atividades financeiras que, ademais, penetram com sua lógica peculiar o próprio modo de administração da produção¹⁰.

⁷Como afirmavam Marx e Engels: “Conhecemos uma única ciência, a ciência da História”. Marx, K.; Engels, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007, p. 86.

⁸Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/01/juros-do-credito-ficaram-em-geral-estaveis-diz-febraban.html>

⁹Marx, K. *O Capital*, L.I. São Paulo, Boitempo, 2013, p. 80.

¹⁰Sobre isso, veja-se: Duménil, G.; Lévy, D. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo, Boitempo, 2014.

Para além disso, a análise rigorosa do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo deve revelar que a sua crise emerge como resultado necessário das condições para acumulação de capital neste contexto sócio-histórico. A afirmação ontológica de que a história humana é resultado das próprias práticas humanas, ainda que não sob as “circunstâncias” escolhidas pelos próprios indivíduos, pois “estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”¹¹, indica a necessidade da compreensão, tanto quanto possível, das “circunstâncias” a partir das quais se pode agir, do terreno sobre o qual continuarão a ser travadas as lutas de classes. O tipo de análise que busca revelar como o próprio movimento autocontraditório do capital engendrou sua crise, permite que se vislumbre o que se apresenta para o capital como *necessidade*, tendo em vista a resolução das barreiras que ele próprio ergueu para o processo de acumulação. Reafirmamos que não se pretende, desta forma, antecipar um resultado histórico, mas entender as condições da luta que a classe trabalhadora organizada enfrenta e terá de continuar a fazê-lo em nome da humanidade

Deve-se recordar, de saída, que o desenvolvimento do modo de produção capitalista foi cortado por crises das quais resultaram transformações estruturais nas condições gerais para a acumulação de capital¹². Foi assim com a primeira Grande Depressão, de 1873 a 1896, que resultou no chamado “estágio imperialista”; com a Depressão dos anos 1930, de 1929 a 1939, da qual emergiu o capitalismo do segundo pós-guerra, muitas vezes apologeticamente chamada de “época de ouro”; e com a crise dos anos 1960/70, cuja solução edificou o que até aqui temos chamado de capitalismo contemporâneo¹³. Depreende-se daí, como Marx percebera na sua análise das leis de movimento do modo de produção capitalista, que a acumulação de capital como um todo tem uma processualidade cíclica. Isso significa que cada fase emerge como resultado necessário da fase anterior e, por sua vez, engendra as condições para a fase seguinte.

Desta forma, as causas da crise atual devem ser buscadas no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, sob determinações que resultam das saídas para a crise de

11Marx, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 25.

12Tais crises podem ser chamadas, neste sentido, de estruturais. Note-se que não se está querendo com isso defender a noção de crise estrutural como crise terminal do capitalismo.

13Encontra-se na literatura uma profusão de termos para se referir a esta etapa do desenvolvimento histórico, dentre os quais capitalismo financeirizado, neoliberal etc.

1960/70 que o capital foi capaz de buscar para si¹⁴. De modo muito sucinto, a crise dos anos 1960/70 se manifesta em uma baixa geral e gradativa na lucratividade¹⁵, como resultado da intensificação da concorrência internacional, decorrente da própria estratégia de expansão do capital, sobretudo estadunidense, no contexto da reconstrução da Europa ocidental e do Japão no pós-guerra¹⁶. A superacumulação de capital, o conteúdo, em termos gerais, das crises no modo de produção capitalista, toma a forma, ademais, de um inchaço inaudito no mercado de eurodólares, um segmento *offshore* baseado em Londres.

A pressão do capital por formas financeiras de valorização, dado o já evidente esgotamento do modelo anterior, os déficits comerciais crescentes dos EUA, com o resultante crescimento da dívida externa do país e redução de suas reservas em ouro, pressionavam o padrão monetário vigente. Em 1971, o governo Nixon rompe unilateralmente com o sistema que lastreava o dólar ao ouro, o que confere aos EUA uma evidente vantagem fiscal no combate à crise de então e leva a uma grande elevação dos preços em dólares dos insumos industriais e, em seguida, do petróleo¹⁷. Abre-se, assim, uma fase recessiva para a economia mundial. A especulação financeira, já inflada pelos chamados petrodólares, se expande, mas crescem também os temores quanto à viabilidade do dólar como dinheiro mundial.

Situação resolvida com a elevação dos juros praticados pelo *Federal Reserve Bank*, a partir de 1979, que, de uma tacada, recentraliza nos EUA o controle absoluto sobre o dinheiro mundial, afirma um compromisso com o dólar forte e a valorização financeira e leva à explosão das dívidas daqueles países periféricos que haviam decidido aproveitar a abundância de liquidez internacional (eurodólares e petrodólares) para enfrentar a crise e/ou sustentar um projeto de desenvolvimento industrial (como no caso do Brasil, com o II PND).

¹⁴É importante ressaltar que isso, que hoje corresponde a um resultado histórico consumado, emergiu em um ambiente extremamente complexo de concorrência intercapitalista em distintos níveis, inclusive em escala internacional, entrecruzado por uma miríade virtualmente infinita de determinações, de modo que não existe, na prática, um “capital em geral” como um todo homogêneo, muito menos que este resultado já estivesse garantido ou claramente planejado nas cabeça de grupos dominantes da burguesia transnacional ou dos formuladores de políticas econômicas e propositores de reformas nos Estados. Trata-se aqui de uma abstração que pretende captar aspectos de uma realidade já posta.

¹⁵Ver: Roberts, M. *Returning to normal?* Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/06/06/returning-to-normal/>

¹⁶Sobre isso, ver: Brenner, R. *La economia de la turbulência global*. Cidade do México, Ediciones Era, 2013.

¹⁷Sobre isso, ver: Gowan, P. *A roleta global*. São Paulo, Record, 2003.

A “crise da dívida” marcou profundamente os países latino-americanos ao longo dos anos 1980 e acabou por servir como instrumento de pressão para a adoção de um conjunto de reformas do Estado que, na prática, se alastraram pelo mundo capitalista e são constitutivas do capitalismo contemporâneo¹⁸.

Em termos gerais, os movimentos de liberalização e desregulamentação financeira e comercial, de reformas profundas na forma de administração do Estado e de ataques à classe trabalhadora devem ser vistos, defendemos, como respostas do capital à sua própria crise. Se a superacumulação de capital corresponde à incapacidade de continuidade no movimento de valorização para grande parcela do capital social, trata-se de uma situação na qual as condições da produção e apropriação de mais-valor, dois polos constitutivos do processo de acumulação, se dissociam de modo perturbador para o sistema econômico. Uma vez que para a classe capitalista deve-se evitar a todo custo a destruição do capital acumulado para além das possibilidades de valorização, torna-se necessário expandir as condições da produção de mais-valor.

Daí a tentativa de recompor a taxa de lucro pelo brutal aumento do grau de exploração da força de trabalho, assim como a maior liberdade para o capital buscar onde queira espaço para se expandir (nos mercados financeiros, na busca ganhos comerciais e custos mais vantajosos para a produção por todo o globo, pela cessão do direito à exploração de serviços antes oferecidos pelo Estado, apropriando-se do fundo público etc.). Quando os instrumentos tradicionais à disposição do Estado para estimular a acumulação do capital industrial mostraram-se ineficazes, revelou-se, como demonstrara Marx, que o desenvolvimento das forças produtivas, dada a lógica individual da busca por vantagens concorrenciais, acabara por reduzir a própria capacidade da produção do mais-valor. Assim, uma nova espécie de keynesianismo teve de surgir, desta vez baseado não nos gastos do governo, mas nos “preços dos ativos”, para usar os termos de Brenner¹⁹.

Se as reformas neoliberais lograram, nos anos 1980, uma recuperação, ainda que tímida e efêmera, da lucratividade do capital nos países centrais²⁰, o que emerge daí é um capitalismo cujo crescimento da produção depende cada vez mais de bolhas financeiras. No

¹⁸Sobre isso, ver: Paulani, L. *Brasil delivery*. São Paulo, Boitempo, 2008.

¹⁹Brenner, R. *La economía de la turbulência global*. Cidade do México, Ediciones Era, 2013.

²⁰Ver: Roberts, M. *Returning to normal?* Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/06/06/returning-to-normal/>

entanto, se as bolhas financeiras puderam, durante o período, produzir ondas de crescimento econômico – como na expansão dos investimentos em empresas de alta tecnologia nos ramos de informática e telecomunicações no fim dos anos 1990 nos EUA; ou ao sustentar, neste mesmo país, o consumo através do endividamento, como na primeira década do século XXI²¹ – tais ondas foram não apenas efêmeras como cada vez mais fracas.

Mais do que isso, as necessidades próprias do capital acumulado nos mercados financeiros, sobretudo na forma de capital fictício, atuam no sentido contrário ao da expansão da produção capitalista, na medida em que são exigidas parcelas crescentes do fundo público, desviado não apenas da política social, como dos incentivos diretos e indiretos à indústria, associado a um modelo recessivo de condução da política econômica. Na medida em que esta espécie de capital não atua diretamente na produção do mais-valor (e mesmo o seu impulso indireto é bastante débil), sua expansão leva ao paroxismo a desagregação entre produção e apropriação da riqueza.

O desenvolvimento do capitalismo contemporâneo foi cortado por diversas crises com estopim na esfera financeira porque depende da crença no cumprimento de promessas absolutamente irrealizáveis, isto é, de que o capital fictício sobreacumulado poderá, quando se queira, ter seus ganhos convertidos em direitos sobre a produção social (dinheiro). A saída dessas crises exigiu novas rodadas de expansão do capital fictício que, como visto, sustentaram pequenas fases de crescimento, mas o “keynesianismo do preço dos ativos” parece ter atingido um limite desde a crise que estoura em 2007-08 e, desde então, desenvolve-se em duas outras fases conexas: a crise das dívidas soberanas, em 2010-11; e a crise atual.

Notemos: as contradições que desde os anos 1990 engendraram crises econômicas que atingiram o coração do capitalismo mundial não foram resolvidas, mas jogadas para frente, em um movimento em que se “compra tempo” ao preço de se aprofundar os problemas e o potencial disruptivo do sistema econômico. A diferença é que desde a segunda década do século XXI a economia mundial não logrou uma recuperação minimamente sustentada, ao passo que o volume do capital fictício continuou crescendo a

21. Notemos que tem sido bastante discutida a dependência do desenvolvimento Chinês com relação a essas condições. O sucesso da indústria exportadora Chinês dependia em grande parte da manutenção de um câmbio desvalorizado, o que demandava o financiamento dos déficits estadunidenses, garantindo a sustentação da política de expansão do capital fictício e da demanda agregada através do endividamento crescente das famílias.

taxas espantosas. Nos últimos anos, recordemos, o apetite do capital pelos fundos públicos (inclusive na forma de programas de compras de ativos financeiros pelos governos), por novas privatizações, por contrarreformas que assegurassem a expansão do grau de exploração etc., só fez crescer, dada a crescente distância entre as condições de produção e apropriação do mais-valor no contexto da superacumulação de capital.

Vivemos, portanto, o aprofundamento de uma crise que se desenrola há vários anos. O feroz, e desesperado, impulso por resolver a colossal dissociação entre produção e apropriação do mais-valor é a condição atual do capital. A destruição do capital fictício é, obviamente, inaceitável de seu ponto de vista e, ademais, geraria abalos de magnitudes impensáveis em um sistema econômico que se constrói a décadas sobre a ilusão do dinheiro que, por si só, gera mais dinheiro. Para seguir “comprando tempo”, se é que possível seguir fazendo isso por muito tempo, o capital exige aumento na extração de riqueza de todas as formas possíveis e, portanto, mais destruição. Mais destruição de vidas (aliás, supérfluas do ponto de vista desumano da acumulação de capital), mais destruição ambiental, mais destruição de direitos, mais conflitos...

Como se materializam no Brasil as necessidades do capital?

Se se considera o enorme desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, ainda que somente nos últimos 30 anos, em comparação com todos os períodos anteriores, se se considera a saber a enorme massa de capital fixo que, além da maquinaria propriamente dita, entra no conjunto do processo de produção social, então, no lugar da dificuldade que até agora ocupou os economistas, isto é, explicar a queda da taxa de lucro, aparece a dificuldade inversa, ou seja, explicar por que essa queda não é maior ou mais rápida. Deve haver influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência, motivo pelo qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma queda tendencial. (Marx; 1983, p. 177, grifo nosso).

O esforço, nesse item, será o de apresentar argumentos sobre uma das mais centrais funções do Estado que, supomos, pode operar como influência contrariante à queda da taxa de lucro. Em Mandel, tratar-se-ia de uma função de natureza econômica, designada por “condições gerais da produção que não podem ser asseguradas por atividades privadas dos membros da classe dominante” (1982, p. 333 e ss). Parece-nos, plausível que garantir tais condições pode funcionar, em sentido lato, como uma contratendência, como uma influência organizada pela ação do Estado com o fito de

construir condições para a elevação do grau de exploração da força de trabalho. No âmbito da derruição dos direitos sociais no Brasil, tal contribuição poderia se organizar por uma dupla via: a) no rebaixamento do valor histórico e moral da força de trabalho; e b) no alargamento das possibilidades de inversões dos capitais ao propiciar uma nova destinação a uma parte da superacumulação de capitais. Capitais que, ao impulsionarem novos “ramos de produção”, encontrariam saídas temporárias à acumulação, como as seguintes: a) pela metamorfose das políticas sociais em mercadorias vendidas como qualquer outra desse modo de produção; b) pela privatização das empresas estatais; c) pela conversão das terras e imóveis públicos em propriedade privada; d) pela aquisição de ações de empresas privadas pelo Estado quase sempre pela via dos Bancos públicos que consideram esses papéis “ativos estatais”.²² No conjunto, essas medidas constituem uma massa de riqueza a que nominamos fundo público, de propriedade do Estado, que cedida aos capitais carrega condições de reorganizar processos econômicos no sentido do sempre provisório equilíbrio do modo capitalista de produção.

Dito de modo diverso: as intervenções do estado capitalista manejam no sentido de mitigar, para os grandes capitais, o conjunto de manifestações e fenômenos econômicos e político-ideológicos - em geral de potencialidade explosiva da ordem social - nos diferentes pontos do planeta.

A eclosão da crise na saúde mundial pela pandemia da Covid-19, pela ação dos diferentes Estados pelo planeta conjugou-se à perfeição com a crise econômica ao tornar exigência universal - de todas as classes - a realização dos gastos estatais em favor da burguesia e anunciados como esforços para a preservação dos empregos e do combate à pandemia. Recursos públicos, submetidos aos ajustes monetário e fiscal, foram imediatamente disponibilizados aos capitais para que operassem na recuperação econômica e das vidas, com o evidente discernimento para a hierarquia no comprimento dos ditos objetivos. A junção carnal das crises apresenta-se, também e sobretudo, como excepcional oportunidade para a observação de uma tendência posta em processo, isto é, realizada como “lei” do modo de produção capitalista na fase presente de seu

²²Em abril de 2020, já com a pandemia em curso no Brasil, o Ministro da Economia, Paulo Guedes apresentou uma proposta de Reestruturação do Estado que, em 20.07.2020, foi atualizada.

<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020/julho/a-reconstrucao-do-estado-seddm-20-07-20.pdf/view> Acesso em 20.07.2020.

dramático evolver: nunca como agora a ação econômica dos estados foi tão central para que o satânico moinho burguês triture a vida e os direitos da classe trabalhadora.

As crises “[...] são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado”. (Marx; 2017, p. 289). O Estado - órgão de dominação de classe²³ - é mobilizado por meio do fundo público para assegurar as “condições gerais da produção capitalista” na vigência da crises e nos, cada vez mais breves, intervalos de equilíbrio da vida social capitalista; os instrumentos e meios articulados pelo Estado variam e diferenciam-se, na forma e na intensidade, consoante à situação concreta vivida em cada momento do próprio modo capitalista de produção.

A crise econômica, na sua fase mais recente, deu sinais de sua presença - dentro e fora do Brasil - ainda em 2019, conforme destacou-se acima. Mas, se a erupção no momento econômico precedeu ao da crise sanitária - ela mesma também um momento constitutivo desse modo de produção²⁴- sua manifestação como adoecimento e morte, aparece, ora apartada da crise econômica, ora como a determinação para a crise econômica numa inversão inclusive temporal ao que se processou no curso da história, da vida real. A determinação de ambas, já o afirmamos, deve ser procurada na sua origem em comum: o modo de ser do modo capitalista de produção.

A pandemia não desencadeou a crise econômica, mas a aprofundou. Ambas possuem o mesmo código genético: foram gestadas pelo capitalismo num mesmo marco histórico e, por isso, contraditoriamente, a pandemia possibilita a um só tempo o agravamento da crise econômico-social e oportunidades para que o tal equilíbrio posterior às crises, ainda que sempre como solução provisória ao restabelecimento momentâneo das condições gerais da acumulação capitalista.

Os Estados, por serem órgãos de dominação dos grandes capitais, diuturnamente, em todos os países capitalistas do planeta, atuam no provimento das condições gerais de produção e reprodução do modo capitalista de produzir. Tais garantias, no entanto, não podem francamente admitir sua natureza de classe e, por isto,

²³Retome-se aqui a oportuna formulação de Lênin O Estado e a Revolução (1980) na precisa crítica às deturpações do marxismo em moda naqueles e nesses dias.

²⁴Sem termos neste capítulo a possibilidade de aprofundar as conexões econômico-ambientais determinantes ao surgimento de doenças, vírus e pandemias, conferir: 1) - Dossiê Capitalismo, meio ambiente e pandemia in <https://esquerdaonline.com.br/especiais/capitalismo-meio-ambiente-e-pandemia> Acesso em 20.07.2020. 2) - Eduardo Sá Barreto, 2018.

na crise ou na prosperidade, governantes devem fazer crer que agem sempre em nome de todas/os, como Estado neutro.

A Covid-19, na tragédia real como adoecimento e mortes que provoca, possibilitou aos capitais que seu Estado - sempre com a justificativa da doença, e, de modo mais aberto, do que lhe seria possível ao enfrentar uma crise econômica típica - disponibilizasse os recursos do fundo público - de múltiplas e combinadas formas no favorecimento aos grandes capitais.

Diferentes países atuam sobre a combinação crise econômica e pandemia também de modo diverso; a ação de estados e governos é matrizada consoante aos acúmulos e elementos histórico e morais daquela formação social. É a intensidade das lutas das classes sociais, anteriores e durante a pandemia, que estabelece os níveis e graus que os governos empenharão no enfrentamento à pandemia. Se as tragédias sanitárias sempre rebatem com mais violência sobre a classe trabalhadora²⁵ do que sobre a burguesia, é verdade também que a saúde e as formas de cuidados públicos em uma pandemia resultam do que se reconhece (a burguesia e seu Estado), em cada sociedade, como o direito à subsistência da força de trabalho empregada e excedente.

“Para manter-se precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. A força de trabalho só se torna realidade com seu exercício, só se põe em ação no trabalho. Através de sua ação, o trabalho, despende-se determinada quantidade de músculos, de nervos, de cérebro etc., que se tem de renovar. [...] A soma dos meios de subsistência deve ser, portanto, suficiente para mantê-lo no nível normal do trabalhador. [...] Demais, a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e, dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares. Um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue das outras mercadorias.” (Marx; 1988, p. 191).

Na formação social brasileira, o valor histórico moral da força de trabalho livre, está determinado pela brutal condição de séculos de trabalho escravo e de vida

25A Covid-19 no Brasil deixa um rastro de morte determinado por classe, gênero e raça. "Na combinação de raças e escolaridade, as realidades desiguais ficaram ainda mais evidentes, com uma maior porcentagem de óbitos de pretos e pardos, em todos os níveis de escolaridade. Os sem escolaridade mostraram uma proporção quatro vezes maior de morte do que brancos com nível superior (80,35% contra 19,65%). Além disso, pretos e pardos também apresentaram proporção de óbitos, em média, 37% maior do que brancos na mesma faixa de escolaridade, com a maior diferença sendo no nível superior (50%).” Ver: <http://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois> Acesso em 20.07.2020.

patriarcal que, combinadas, acentuam e fazem prevalecer a desvalorização suplementar à exploração de seres sociais afro-brasileira(o)s e de mulheres na conformação do chamado mercado de trabalho e, assim, também, do acesso aos direitos sociais como a saúde pública, uma política social mantida pelo fundo público.

O grau de civilização de um dado país materializa-se nas condições gerais de satisfação das necessidades “naturais” de alimentação, vestimentas, habitação, transporte imprescindíveis para a reprodução da vida da força de trabalho como trabalhadoras e trabalhadores. O grau de civilização tanto mais alto será quanto mais se desprender das barreiras naturais, quanto mais se afastar das necessidades do ser orgânico em direção ao ser social, de maneira abrangente, coletiva, universal. No modo capitalista de produção, a satisfação universal das necessidades naturais e sociais não é algo realizável por ser essa uma sociedade estruturada sobre a propriedade privada e na exploração do trabalho; dito de modo diverso: na sociedade capitalista não há possibilidade de os frutos, dos resultados do trabalho ser partilhado igualmente entre seus produtores e produtoras livremente associados/as. Impossibilidade que reside na essência mesma dessa sociedade porque constituída sobre classes sociais fundamentais e antagônicas.

3 - CONCLUSÃO: A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA COMO CHAVE PARA DECIFRAR A “PESTE”

A compreensão empírica e o desvelamento produzido pela teoria social marxiana do modo de produção capitalista²⁶ possibilitou que o acúmulo resultante das lutas fosse elevado a um grau mais amadurecido e consolidado de organização social da classe trabalhadora. O exercício real dessas organizações são páginas de acúmulos e de derrotas, de experiências pedagógicas sobre as classes em seus enfrentamentos, de algumas vitórias revolucionárias em um longo processo de avanços e de muitos recuos ao longo de, ao menos, os últimos trezentos anos.

²⁶A obra de Karl Marx inaugura a tradição comprometida em desvelar o modo de produção capitalista, na sua totalidade e, O Capital, sua obra madura, continua a ser a mais importante contribuição para a auto-compreensão da sociedade capitalista.

No Brasil, a Covid-19 alastrou-se entre homens e mulheres da classe trabalhadora já desprovidos dos direitos sociais minimamente construídos na Carta Constitucional de 1988. O contínuo e permanente ajuste de longa duração há três décadas em curso no país desmontaram e reduziram os direitos sociais por meio de numerosas e cotidianas contrarreformas. Um significativo contingente da classe trabalhadora viu a pandemia disseminar-se, desprotegida, sem direitos e sem empregos.

O isolamento físico e o uso generalizado de máscaras de proteção podem funcionar para conter a pandemia quando significativa porção de habitantes de um país podem exercer seu direito de proteção à vida na proteção de suas habitações. O isolamento físico se não implementado como política de saúde com as condições para a proteção da vida por meio de políticas sociais de proteção social para todas e todos que dela precisem, alarga o distanciamento social entre as classes e frações de classe.

As condições de distanciamento entre as classes sociais foram agudizadas no curso da pandemia por meio de restrições dos instrumentos de democracia quando os parlamentares (federal, estaduais e municipais) sentem-se desobrigados em proteger direitos sociais e trabalhistas e livres para aprovarem as mais duras medidas contra a classe trabalhadora em tempo recorde. Também as medidas autoritárias das forças de segurança policiais nas ruas, cresceram e vitimaram centenas de homens e mulheres trabalhadores/as.

A evolução da política de saúde no combate à Covid no Brasil, autoriza reconhecer que está em curso um genocídio cujas responsabilidades cabem aos governantes dos diversos momentos do Estado brasileiro e à grande burguesia que não parecem estar incomodados com a letalidade da doença dado que neste país a pandemia está matizada por uma explícita dimensão de classe social e enquanto seus representantes continuarem a prover “com o fundo público as saídas para sua crise econômica. A pandemia pode seguir seu mortal curso enquanto funcionar como meio para a resolução da crise econômica.

4 - REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Eduardo Sá. **O capital na estufa: para uma crítica da economia das mudanças climáticas**. (Coleção NIEP-MARX), v.4. Rio de Janeiro. Consequência, 2018.
- BRENNER, Robert. **La economía de la turbulência global**. Cidade do México. Ediciones Era, 2013.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo. Boitempo, 2014.
- EOL. Dossiê Capitalismo, meio ambiente e pandemias in **ESQUERDA ONLINE**. <https://esquerdaonline.com.br/especiais/capitalismo-meio-ambiente-e-pandemia>, 2020. Acesso em 20.07.2020.
- GOWAN, Peter. **A roleta global**. São Paulo. Record, 2003.
- GRANEMANN, Sara. Capitalismo “puro”, estado e fundo público in **Teoria Social, formação social e serviço social - Pesquisas marxistas em debate**. (Org. Sara Granemann) Coleção Carlos Nelson Coutinho. Vol IV. UFRJ/PPGSS. Rio de Janeiro. 2018.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O estado e a revolução - a doutrina marxista sobre o estado e as tarefas do proletariado na revolução**. Lênin - Obras Escolhidas. Tomo II. São Paulo. Alfa-Omega, 1980.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. (Os economistas). São Paulo. Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo. Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo. Boitempo, 2011
- _____. **O Capital: crítica da economia política: o processo global da produção capitalista**. (Os economistas). Livro terceiro, tomo 1. São Paulo. Abril Cultural, 1983.
- _____. **O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Livro I, vol I. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1988.
- _____. **O Capital: crítica da economia política - o processo de produção do capital**. Livro I. São Paulo. Boitempo, 2013.
- _____. **O Capital: crítica da economia política: o processo global da produção capitalista**. Livro III. São Paulo. Boitempo, 2017.
- MINISTÉRIO da ECONOMIA. Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados. DF/Brasil. 2020. <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020/julho/a-reconstrucao-do-estado-seddm-20-07-20.pdf/view> Acesso em 20.07.2020.

MIRANDA, Flavio. **Desenvolvimento desigual e mercado mundial em Marx**. (Coleção NIEP-MARX). v.5. Rio de Janeiro. Consequência, 2018.

NOIS. Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde. **Nota Técnica nº11**. Centro Técnico Científico da Puc-Rio (Ctc/Puc-Rio). Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. 2020.
<http://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>

PAULANI, Leda. **Brasil delivery**. São Paulo. Boitempo, 2008

,